



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios

Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35014.259263/2020-19

Interessado: Banco BMG S/A, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF, FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 07
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 05/10/2020, às 21:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1842763** e o código CRC **A0756B8A**.

Referência: Processo nº 35014.259263/2020-19

SEI nº 1842763

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



**SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO
DISTRITO FEDERAL**

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2º andar, Salas 203/204
(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF

Ofício nº. 067/2019

INSS/PRESIDÊNCIA
COMANDO N.º
479.846.738

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul
Brasília - DF

Assunto: **Art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008**

Número do processo: **0704152-45.2018.8.07.0003**

Classe judicial: **RECURSO INOMINADO (460)**

RECORRENTE: **FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA, BANCO BMG SA**

RECORRIDO: **BANCO BMG SA, FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Senhoria que foi prolatado Acórdão nos autos do(a) **RECURSO INOMINADO (460)** em epígrafe, em que são partes: **RECORRENTE: FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA - CPF: 492.968.501-00 e RECORRIDO: BANCO BMG SA - CNPJ: 61.186.680/0001-74**

Em cumprimento ao determinado no referido Acórdão, encaminho anexos o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Atenciosamente,

PATRÍCIA TORRES SANTOS MAGALHÃES

Diretora de Secretaria

2º Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF



Número do documento: 19021113542434400000007054063

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19021113542434400000007054063>

Assinado eletronicamente por: PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES - 11/02/2019 13:54:24

Processo 0704152-45.2018.8.07.0003 (1842732)

SEI 35014.259263/2020-19 / pg. 3

Num. 7209687 - Pág. 1



11/02/2019

Número: **0704152-45.2018.8.07.0003**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **28/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 26.952,94**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Processo referência: **0704152-45.2018.8.07.0003**

Assuntos: **Adimplemento e Extinção**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

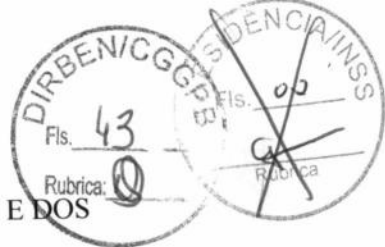
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | Advogados |
|--|---|
| FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA (RECORRENTE) | |
| | CIRENE ESTRELA (ADVOGADO) |
| BANCO BMG SA (RECORRENTE) | |
| | BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (ADVOGADO) |
| BANCO BMG SA (RECORRIDO) | |
| | BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (ADVOGADO) |
| FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA (RECORRIDO) | |
| | CIRENE ESTRELA (ADVOGADO) DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO) |

| Documentos | | | |
|------------|---------------------|-----------|--------|
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 7209687 | 11/02/2019 13:54 | Ofício | Ofício |

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

**Órgão**

Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO
FEDERAL

Processo N.

RECURSO INOMINADO 0704152-45.2018.8.07.0003

RECORRENTE(S)

FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA e BANCO BMG SA

RECORRIDO(S)

BANCO BMG SA e FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA

Relator

Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

Acórdão Nº

1143404

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO PARCIAL. ACOLHIDA. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL. DIVERGÊNCIA ENTRE O CONTRATO PRETENDIDO E O CELEBRADO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA NÃO OBSERVADO. NULIDADE. COMPENSAÇÃO ENTRE O VALOR RECEBIDO E EFETIVAMENTE PAGO PELO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 28/2008. RECURSOS DE AMBAS AS PARTES CONHECIDOS E PROVIDOS EM PARTE.

1. Preliminar de prescrição parcial. A pretensão da autora de reaver valores descontados do seu benefício previdenciário (a partir de 03/06/ 2008) encontra-se parcialmente prescrita, nos termos do art. 206, § 3º, IV, do CPC, uma vez que a presente demanda só foi proposta em 21/03/2018. Assim, resta a análise de restituição apenas dos valores descontados 3 anos antes da propositura da presente demanda. **Preliminar acolhida.**

2. Mérito. Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

3. Importa consignar que foram celebrados 2 contratos entre as partes. O contrato nº 2359908 (cuja pretensão se encontra parcialmente prescrita) e o nº 6229474 (ID 4599429, p. 2). O documento juntado pelo réu corresponde apenas aos valores descontados entre 07/07/2008 e 07/05/2013 (ID 4599458, p. 1/4), não havendo nos autos outros instrumentos contratuais correspondentes aos descontos realizados após este período.



Número do documento: 18121417431793600000006517146

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18121417431793600000006517146>

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS - 14/12/2018 17:43:18

Processo 0704152-45.2018.8.07.0003 (1842732)

SEI 35014.259263/2020-19 / pg. 5

Num. 6658671 - Pág. 1



11/02/2019

Número: **0704152-45.2018.8.07.0003**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **28/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 26.952,94**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Processo referência: **0704152-45.2018.8.07.0003**

Assuntos: **Adimplemento e Extinção**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | Advogados |
|--|---|
| FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA (RECORRENTE) | |
| | CIRENE ESTRELA (ADVOGADO) |
| BANCO BMG SA (RECORRENTE) | |
| | BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (ADVOGADO) |
| BANCO BMG SA (RECORRIDO) | |
| | BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (ADVOGADO) |
| FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA (RECORRIDO) | |
| | CIRENE ESTRELA (ADVOGADO) DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO) |

| Documentos | | | |
|------------|---------------------|-----------|---------|
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 6658671 | 14/12/2018 17:43 | Acórdão | Acórdão |



4. Em razão da omissão do réu, não foram comprovados os montantes emprestados, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação das dívidas e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela dos empréstimos.

5. Diante de tal fato, acabou restando impossível verificar o tipo dos contratos firmados, se os valores descontados em folha de pagamento seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente os empréstimos ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pela consumidora. Portanto, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e art. 46, ambos do CDC.

6. Convém anotar, todavia, que restou comprovada nos autos a utilização do cartão pela autora (ID 4599480, p. 5 e p.10), de modo que deve ser mantido o contrato quanto a este ponto. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato apenas na parte relativa ao empréstimo, nos termos do art. 51, IV, do CDC.

7. No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo por ela efetivamente utilizado. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa, prática vedada pelo art. 884 do Código Civil.

8. Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte da autora, que recebeu o valor emprestado pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração de nulidade parcial dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco, na forma simples. Precedentes das Turmas Recursais.

9. Por outro lado, o valor pago a maior pela consumidora, se houver, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como consignado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

10. Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que toma empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

11. Recursos **CONHECIDOS e PROVIDOS EM PARTE. Preliminar de prescrição parcial acolhida.** Sentença reformada para: a) declarar a nulidade **parcial** dos contratos nº 2359908 (cuja pretensão se encontra parcialmente prescrita) e nº 6229474 (ID 4599429, p. 2), celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) determinar devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade parcial dos contratos e o valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (observada a prescrição parcial pronunciada), na forma simples; e c) condenar o réu a restituir, na forma simples, valores, se houver, que tenham sido pagos a maior pela consumidora (observada a prescrição parcial pronunciada). Mantidos os demais termos.

12. Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.



13. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

14. Custas recolhidas pelo réu. Gratuidade de justiça deferida à autora. Sem condenação em honorários advocatícios em razão da sucumbência recíproca.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDOS. PRELIMINAR ACOLHIDA. RECURSOS PROVIDOS EM PARTE. UNÂNIME., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 12 de Dezembro de 2018

Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS
Relator

RELATÓRIO

Trata-se de recurso nominado interposto por ambas as partes contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, NULIDADE CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, pronunciou a prescrição da pretensão autoral de ressarcimento dos valores cobrados anteriormente ao dia 21/03/2015 e julgou procedentes em parte os pedidos iniciais para: a) anular os contratos nº 2359908 e nº 6229474; b) condenar o réu a excluir o registro dos descontos no benefício previdenciário da autora, sob pena de multa diária; c) condenar o réu a pagar à autora R\$ 6.318,66, na forma simples.

O réu alega a validade do negócio jurídico firmado e a legitimidade da formação do saldo devedor. Aduz, ainda, a inexistência de fundamento apto a gerar a restituição de valores.

Já a autora alega a inexistência de prescrição da sua pretensão de receber valores a partir de 03/06/2008, a possibilidade de repetição na forma dobrada em razão da ilegalidade dos descontos feitos pelo réu e a existência de danos morais decorrentes de tal fato.

Contrarrazões apresentadas pelo réu (ID 4599508). Sem contrarrazões da autora.

É o relatório.





11/02/2019

Número: **0704152-45.2018.8.07.0003**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **28/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 26.952,94**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Processo referência: **0704152-45.2018.8.07.0003**

Assuntos: **Adimplemento e Extinção**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | Advogados |
|--|---|
| FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA (RECORRENTE) | |
| | CIRENE ESTRELA (ADVOGADO) |
| BANCO BMG SA (RECORRENTE) | |
| | BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (ADVOGADO) |
| BANCO BMG SA (RECORRIDO) | |
| | BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (ADVOGADO) |
| FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA (RECORRIDO) | |
| | CIRENE ESTRELA (ADVOGADO) DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO) |

| Documentos | | | |
|------------|---------------------|-----------|----------|
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 7208477 | 11/02/2019 13:10 | Certidão | Certidão |



TJDFT Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal

Número do processo: 0704152-45.2018.8.07.0003

Classe judicial: RECURSO INOMINADO (460)

Assunto: [Adimplemento e Extinção]

RECORRENTE: FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA, BANCO BMG SA

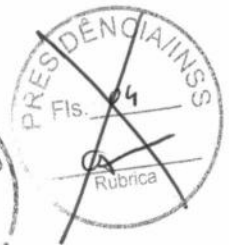
RECORRIDO: BANCO BMG SA, FRANCISCA DE ALMEIDA DA SILVA

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que, à 00:00:00 de **11 de fevereiro de 2019**, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2019.





VOTOS

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator

Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

1. Preliminar de prescrição parcial

A pretensão da autora de reaver valores descontados do seu benefício previdenciário (a partir de 03/06/2008) encontra-se parcialmente prescrita, nos termos do art. 206, § 3º, IV, do CPC, uma vez que a presente demanda só foi proposta em 21/03/2018. Assim, resta a análise de restituição apenas dos valores descontados 3 anos após a propositura da presente demanda.

Preliminar acolhida.

2. Mérito.

Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

Importa consignar que foram celebrados 2 contratos entre as partes. O contrato nº 2359908 (cuja pretensão se encontra parcialmente prescrita) e o nº 6229474 (ID 4599429, p. 2). O documento juntado pelo réu corresponde apenas aos valores descontados entre 07/07/2008 e 07/05/2013 (ID 4599458, p. 1/4), não havendo nos autos outros instrumentos contratuais correspondentes aos descontos realizados após este período.

Em razão da omissão do réu, não foram comprovados os montantes emprestados, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação das dívidas e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela dos empréstimos.

Diante de tal fato, acabou restando impossível verificar o tipo dos contratos firmados, se os valores descontados em folha de pagamento seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente os empréstimos ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pela consumidora. Portanto, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e art. 46, ambos do CDC.

Convém anotar, todavia, que restou comprovada nos autos a utilização do cartão pela autora (ID 4599480, p. 5 e p.10), de modo que deve ser mantido o contrato quanto a este ponto. Assim, forçoso



reconhecer a nulidade do contrato apenas na parte relativa ao empréstimo, nos termos do art. 51, IV, do CDC.

No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo por ela efetivamente utilizado. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa, prática vedada pelo art. 884 do Código Civil.

Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte da autora, que recebeu o valor emprestado pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração de nulidade parcial dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco, na forma simples.

No sentido acima, colaciono precedentes das Turmas Recursais: Acórdão n.1117921, 07007674120188070019, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 17/08/2018, Publicado no DJE: 04/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: SANTO HELENO DE SA versus BANCO BMG S.A. Acórdão n.1120325, 07137793420188070016, Relator: CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 29/08/2018, Publicado no DJE: 05/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada Partes: PEDRO BORGES DOS SANTOS FILHO versus BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A.

Por outro lado, o valor pago a maior pela consumidora, se houver, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como consignado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que toma empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

Recursos **CONHECIDOS e PROVIDOS EM PARTE. Preliminar de prescrição parcial acolhida.** Sentença reformada para: a) declarar a nulidade **parcial** dos contratos nº 2359908 (cuja pretensão se encontra parcialmente prescrita) e nº 6229474 (ID 4599429, p. 2), celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) determinar devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade parcial dos contratos e o valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (observada a prescrição parcial pronunciada), na forma simples; e c) condenar o réu a restituir, na forma simples, valores, se houver, que tenham sido pagos a maior pela consumidora (observada a prescrição parcial pronunciada). Mantidos os demais termos.

Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Custas recolhidas pelo réu. Gratuidade de justiça deferida à autora. Sem condenação em honorários advocatícios em razão da sucumbência recíproca.

É como voto.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL




01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 14/02/2019

Ref.: Ofício nº 67, de 11 de fevereiro de 2019 (SIPPS nº 479.846.738)

Int.: Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal - TJDF

Ass.: Art. 52 da IN/PRES/INSS Nº 28/2008
Processo nº 0704152-45.2018.8.07.0003
Recorrente: Francisca de Almeida da Silva
Recorrido: Banco BMG SA

1. Ciente.
2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios, para conhecimento do Acórdão prolatado nos autos e adoção das providências necessárias.


ANTONIO DE JESUS DA ROCHA FREITAS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Presidência



O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal

Com o relator

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal

Com o relator

DECISÃO

CONHECIDOS. PRELIMINAR ACOLHIDA. RECURSOS PROVIDOS EM PARTE. UNÂNIME.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35014.259263/2020-19.

Int.: BANCO BMG S.A.

A s s .: Apuração de irregularidades -
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador 5469440 e o código CRC 9C20D425.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.259263/2020-19

SEI nº 5469440